

Relatório de progresso

Na sequência do processo de avaliação deste curso, pretende-se descrever neste relatório as medidas que se desenvolveram no sentido da minimização ou eliminação dos aspectos considerados menos positivos e de reforço dos que foram considerados mais positivos.

Estes aspectos de funcionamento da escola e/ou do curso em avaliação resultaram da concretização da Avaliação Externa e constam do respectivo Relatório.

Em todo este processo de avaliação realça-se uma perspectiva de avaliação formativa em que se valoriza a identificação de problemas e a reflexão sobre as possibilidades da sua resolução. Os problemas identificados são naturalmente inseridos no conjunto de características particulares que marcam a vida e a história da escola e no quadro de limitações estruturais e mais gerais que se colocam à nossa actividade.

É também dominante uma lógica de avaliação que possibilita a apropriação local dos procedimentos e dos resultados da avaliação, permitindo a institucionalização de práticas sistemáticas e permanentes de avaliação interna, como modalidade estruturante da gestão dos cursos e da escola e como factor de obtenção de níveis elevados de qualidade.

Relativamente aos pontos fortes, satisfatórios e fracos identificados na síntese avaliativa final do Relatório da Comissão de Avaliação Externa deste curso, passamos a enunciar as medidas entretanto tomadas:

- Avaliação

Face à experiência obtida com a avaliação do Curso de Professores do Ensino Básico - Variante de Matemática - Ciências da Natureza a equipa responsável pela coordenação do processo de auto-avaliação do curso que se seguiu àquele, foi reestruturada e reforçada de uma forma mais adequada às exigências deste processo.

A Comissão de Avaliação (permanente) passou a integrar três docentes, um dos quais é membro do Conselho Directivo e outro integra a equipa do observatório de inserção profissional dos diplomados do Instituto Politécnico de Setúbal. Esta comissão é alargada a mais três docentes, mais ligados ao curso em avaliação.

Esta estrutura está mais de acordo com a dimensão real do trabalho que envolve o processo de avaliação, com a necessidade de uma relação privilegiada com os órgãos de gestão da escola e através destes com os diferentes serviços, e necessariamente integra elementos com uma experiência de gestão do curso em avaliação.

A perspectiva dos trabalhos desta equipa é de normalizar os procedimentos e os instrumentos de avaliação com os objectivos de responder mais eficazmente à avaliação externa dos nossos cursos e para os transformar em instrumentos permanentes e sistemáticos de gestão da escola.

- Cooperação com a comunidade, a actividade dos Centros e as actividades de investigação.

As actividades de consultoria, estudos, avaliação e de participação em projectos de muitos docentes da escola, nomeadamente no âmbito do CEDE e do CIOE, foram marcantes do passado recente da escola e fizeram da prestação de serviços a entidades externas nacionais ou estrangeiras uma frente de trabalho muito importante na vida da escola.

As novas condições de contratação deste tipo de serviços, o investimento dos docentes na formação avançada e nas suas actividades docentes, têm contribuído para a redução substancial deste tipo de actividades. Esta situação justificou um processo de reflexão colectiva (em curso) visando o relançamento das actividades de investigação e de prestação de serviços ao exterior.

Hoje, estas actividades são perspectivadas num âmbito mais centrado no apoio ao desenvolvimento educativo nas e com as escolas do Ensino Básico e Secundário, na relação mais próxima com a actividade de investigação dos docentes em Mestrado e Doutoramento e com a necessidade do seu enquadramento na concretização próxima de uma oferta da escola de um curso de Mestrado em parceria com uma Universidade.

O relançamento das actividades de investigação num planeamento estratégico das actividades da escola, associa-se fortemente à integração institucional dos processos de investigação individual dos nossos docentes e à divulgação interna e externa dos seus produtos. Neste momento decorre um processo de recolha de informação sobre os trabalhos de investigação dos nossos docentes para posterior divulgação.

- Qualificação académica do pessoal docente

Durante todo este ano manteve-se o investimento da escola na formação avançada dos seus docentes:

- Disponibilizou-se uma verba de esc.: 2.000.000\$00 para apoio às actividades dos docentes em Mestrado e Doutoramento, que foi utilizada pelos docentes beneficiados para o pagamento de propinas, deslocações, recolhas documentais, traduções, etc.
- Manteve-se alguma disponibilidade para reduções da distribuição do serviço dos docentes em formação.
- Mais uma vez a escola vai candidatar-se às medidas de apoio à formação avançada de docentes do Ensino Superior do PRODEP III, apresentando as propostas de 4 bolsas para Mestrado e 7 para Doutoramento.

- Instalações

A proposta de construção de novas instalações ("Complexo Pedagógico") foi aceite pela tutela e as verbas necessárias para a sua construção e equipamento estão inscritas no PIDDAC.

Neste momento, aguarda-se a reacção dos serviços competentes do ME ao Programa Preliminar desta construção, para depois se avançar para o processo de elaboração do respectivo projecto de arquitectura.

- Equipamentos

Durante o ano de 2001 a escola manteve o seu investimento em bens de equipamento, nomeadamente de equipamentos informáticos, o que permitiu aumentar sensivelmente o número de computadores com ligação à Internet para serem utilizados livremente pelos alunos, substituir alguns equipamentos obsoletos, reforçar e actualizar os postos de trabalho para docentes e funcionários não docentes e terminar a ligação à rede interna e à Internet dos computadores da Secretaria.

Neste momento, praticamente todos os gabinetes de docentes e serviços da escola estão ligados em rede e à Internet.

No entanto, devido aos cortes orçamentais para 2002, prevê-se um investimento zero nesta rubrica, assegurando-se apenas a manutenção e eventual necessidade de reparação dos equipamentos existentes.

- Órgãos de gestão

Nos limites definidos pela definição legal das competências dos órgãos de gestão da escola, na próxima revisão dos estatutos do IPS e da escola, é possível redefinir a sua constituição e funcionamento, de modo a conseguir-se uma maior operacionalidade, articulação e eficácia. Neste âmbito, já se discutiu várias vezes a necessidade de alterar as estruturas de coordenação dos cursos (Unidades de Formação), com base no diagnóstico preciso dos seus problemas de funcionamento.

- Preparação dos alunos para o 1º Ciclo

A Coordenação do curso reforçou junto dos docentes a necessidade de propor aos alunos, nas diferentes disciplinas e especialmente nos 1º e 2º anos curriculares, actividades práticas com elevada possibilidade de transferência para uma utilização pelos futuros professores em contexto de sala de aula no 1º Ciclo do

Ensino Básico.

Estas actividades podem funcionar como exemplos de experiências educativas, que poderão ser proporcionadas aos alunos deste nível de ensino e as metodologias utilizadas pelos docentes pretendem desenvolver competências essenciais a um futuro professor do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Entretanto, têm-se desenvolvido as actividades do apoio à inserção profissional dos diplomados por este curso, com elevada receptividade dos nossos antigos alunos, nomeadamente dos que estão colocados em escolas do 1º Ciclo. Este projecto, que visa estruturar o acompanhamento científico e pedagógico dos novos professores que formámos, em função das dificuldades sentidas no terreno, implica encontros presenciais com os docentes da escola e a estruturação de um apoio a distância com a utilização da Internet.

- Natureza bivalente da formação inicial de professores para o 2º ciclo do Ensino Básico.

Mantêm-se as indefinições legais e regulamentares quanto ao futuro das "variantes" e quanto às possibilidades de formação para o 3º ciclo, o que é um factor de grande perturbação na definição de um plano de desenvolvimento estratégico da escola.

A necessidade de clarificação destas matérias tem sido equacionada pelos diferentes órgãos de gestão da escola e do IPS e tem integrado o conteúdo de alguns contactos que esta Escola e a a Presidência do IPS têm desenvolvido com diferentes responsáveis do ME.

Também no âmbito da ARIPESE (Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação) participámos em diligências que visavam o esclarecimento desta e doutras questões essenciais para o desenvolvimento das Escolas Superiores de Educação.

- Quadro de pessoal não docente

A proposta de alargamento do quadro de pessoal não docente, enviada para o ME há alguns anos, ainda não foi autorizada, mantendo-se os fortes constrangimentos ao funcionamento da escola, que decorrem de um número insuficiente de funcionários não docentes.

Setúbal, 28 de Dezembro de 2001